

Comentário IV

Eduardo Peñuela Cañizal
ECA/Universidade de São Paulo

A leitura do trabalho *Imagem, História e Semiótica*, de Eduardo Neiva, permite levantar algumas questões cuja discussão, tanto em função do conteúdo desse trabalho quanto em função do entendimento da estrutura significativa das configurações imagéticas, parece promissora, pois tenho para mim que o autor tem o grande mérito de equacionar problemas de modo a fazer com que os mesmos possam ter, como as equações de segundo grau, mais de uma solução.

Em nossa cultura a imagem ocupa espaços que se ampliam com o tempo e a tal ponto essa ampliação foi ganhando consistência que, como afirma Neiva, terminamos por nos acostumar à perda do referente. Mas essa constatação talvez não seja tão apocalíptica quanto faz crer o paradoxo de que as imagens "purificam o real por toda parte, a ponto de serem uma apresentação que escapa dos limites do corpóreo". Não creio, em princípio, que as imagens se distanciem muito do corpo. Há nos signos em geral e nos icônicos em particular traços que preservam de modo indicial a presença do somático nas estruturas que sobredeterminam qualquer tipo de mensagem. É só distinguir os sistemas diferentes que se manifestam nas imagens para pressentir, desde os primeiros contatos com a mensagem, a força dessa presença. Num signo icônico, por exemplo, se confundem três sistemas: o que provém das formas, o que se engendra na textura e o que se atualiza nas configurações plásticas. A sua maneira, cada um deles prolonga, como já observou Salvador Dalí em suas considerações sobre as lembranças intra-uterinas, a referencialidade corporal.

Por outro lado, no trabalho de Neiva se interseccionam metalinguagens muito diversas. Os conceitos de simbolismo de Cassirer, a iconologia de

Panofsky, a lingüística de Saussure, a semiótica de Peirce e premissas fundamentais da filosofia Kantiana, para citar apenas as principais. Sem dúvida, desse encontro derivam muitas das qualidades do ensaio e nele se aninham também motivos de controvérsia.

Mas, de início, me é importante utilizar essa intersecção de metalinguagens para falar um pouco mais da relação entre os signos e o corpo. Para tanto me servirei do pressuposto que o autor estabelece quando vincula o programa de produção das imagens a um certo entendimento da familiaridade comprometido com componentes históricos. A saber:

“Ao olhar a produção de uma época, identificamos uma espécie de semelhança de família, um piscar de unidade em expressões diversas. As imagens não são produtos de um criador que – como se fosse Adão – aponta e escolhe o sempre novo, de um frescor radical. As imagens nos vêm de séries conexas continuamente transformadas.”

Compreende-se que mais adiante, reconhecendo o valor histórico das imagens, se diga que o espectador ocupa em sua tarefa de ver imagens posições diversas e que o presente das imagens persiste enquanto memória.

É claro que se considero as relações espaço-temporais que se implicam nessas afirmações caio, por força, de um lado, no pensamento de Kant admitindo que o espaço é uma intuição organizadora da experiência e, de outro, na ambigüidade que o relacionamento entre o pré-iconográfico e o iconográfico engendram. Com base nesses dados, parece-me legítimo observar que as séries conexas implantam, por conseguinte, um constante jogo de vaivém. Quando o iconográfico ganha presença o pré-iconográfico desaparece ou vice-versa. Nesse esconde-esconde se vislumbram indícios pulsionais que denunciam, de algum modo, a presença do corpo. O iconográfico deixa a impressão de que lida com algo já feito, ao passo que o pré-iconográfico se reporta à preexistência de algo cujo valor ontológico se situa no processo de estar-se-fazendo. Por isso, a imagem se apresenta como um objeto simbólico em que o efeito de referente e o efeito de *designatum* – distinção que não aparece no trabalho de Neiva – se confundem. Ora, tal fenômeno, além de denunciar pulsionalmente a presença do corpo, determina certas características figurativas – utilizo este termo no sentido greimasiano – que tornam mais complexa e menos arbitrária a estrutura dos signos e, conseqüentemente, das imagens.

Somente com base nessa distinção ganham relevância as instigantes sugestões que se emaranham neste trecho em que Norman Bryson discute valores fundamentais de pinturas que definem o gênero da natureza morta:

“Though still life can always be accused of dealing in odds and ends, in *rypharos*, débris, the abiding and ancient forms chosen by still life speak of cultural pressures as vast as those which in nature carve valleys from rivers and canyons from glaciers. Even their names seem demeaned – jug, jar, bowl, pitcher – yet the forms of still life have enormous force. As human time flows around the forms, smoothing them and tending them through countless acts of attention across countless centuries, time secretes a priceless product: familiarity” (Bryson 1990:138).

É de se reconhecer, por conseguinte, que na familiaridade se interseccionam formas sobredeterminadas pelas diferentes tentativas que, no

transcorrer dos tempos, o homem realiza para representar, com certo grau de fidelidade, o *designatum* e o referente. Desse ponto de vista, a afirmação de que os "representamens não fazem sentido se não forem reconhecidos como referentes" merece comentários.

Não me parece o melhor caminho condicionar o logocentrismo à existência do *apriori*. Nessa direção se chega à idéia de que as línguas, enquanto representações coletivas, são traduzíveis devido a seus atributos apriorísticos. Embaralham-se aí o referente e o *designatum* numa síntese quase cartesiana. Em conseqüência, nos representamens se confundem as coisas que vêm do mundo com as que eles colocam no mundo. Isto é, anulam-se pressupostos fundamentais da glossemática, indispensáveis, no caso, para compreender melhor as relações das imagens com o corpo, já que o que se traduz de qualquer sistema semiótico não parece ser o *designatum*, mas sim os efeitos de referente que, iconograficamente, se culturalizam nas dimensões figurativas dos signos, sejam eles imagens ou palavras. Não creio que seja prudente condenar os valores apriorísticos do *designatum* pelo fato de tê-los confundido com os efeitos de sentido engendrados pelo referente. É por isso que devem ser reanalisadas as premissas em que se fundamenta Neiva quando afirma que a ação signica relaciona três elementos – refere-se ao esquema triádico de Peirce – e que, em virtude disso, o "modelo que está sendo proposto não é de natureza dual que, graças a um sistema de regras *a priori*, reúne duas naturezas radicalmente diversas: uma inteligível, outra sensível, uma conteúdo, outra forma." Tanto tradução quanto representação são processos que não implicam unicamente o referente. O *designatum* também interfere e, em muitos casos, pode servir para contrarrestar os efeitos negativos das traições do tradutor.

A condenação do dualismo mencionado preserva equívocos no que diz respeito ao entendimento da expressão signica como algo meramente formal, preconceito muito utilizado nestes últimos vinte anos por aqueles que julgam o estruturalismo como maneira de pensar a linguagem desvinculada da história. Não acredito que para relacionar os signos com a história seja necessário reduzir o papel da *semiós*is a aquele as séries conexas lhe determinam no palco da horizontalidade dos processos de comunicação. Isso leva a crer que a *semiós*is da significação, entendida no caso como uma dimensão vertical que conecta o signo com as raízes do *designatum*, não tem lugar no espaço semiótico criado pelas séries conexas. Com isso, os efeitos de *designatum* de que se impregnam os signos e, muito particularmente, as imagens ficam fora do alcance dos instrumentos teóricos de que se serve quem parece não estar interessado em resgatar aspectos fundamentais dos conceitos utilizados por Lévi-Strauss para definir o inconsciente. Mas não há como negar, penso, que existem nas imagens, enquanto signos, evidências de uma familiaridade determinada pelo *designatum* e que, além de ter sido a base da primordialidade dos atos de comunicação, essa mesma familiaridade faz com que a história transcenda a contingência dos acontecimentos para encontrar na expansão da corporalidade o fator que lhe confere a condição de fenômeno necessário.

Por outro lado, as observações feitas por Neiva sobre os índices e os estágios anteriores à codificação definem, sem dúvida, pressupostos que servem para demarcar o domínio de pertinência das entidades signicas. Mas

não vejo como eliminar o papel dessa vertical da significação em passagens do tipo desta:

“O mundo tem sua prosa natural. Os galhos secos de uma árvore projetam sombras torturadas nos muros de uma casa. O cimento fresco de uma calçada recebe o rastro de um cão. Não se pode negar que esses fenômenos tenham a forma de imagens. Além de seu grau de permanência variável, o que lhes distingue é o fato de não terem, por enquanto, valor simbólico. São fenômenos físicos e, enquanto signos, recebem a etiqueta de índices. Outros exemplos de índices: nuvens negras no céu; contas de vapor no copo onde derramou-se cerveja gelada; e o moinho move-se a partir da ação dos ventos. Existe uma efetiva diferença entre as sombras que se alteram ao longo do dia e as marcas que o cão deixou no cimento. Os índices só ficam se forem dispostos num meio que tenham (sic) permanência de recepção. É o que René Thom chama de plasticidade ou competência do sistema receptivo.”

Quer me parecer que se considerarmos os aspectos catastróficos do que René Thom chama plasticidade teremos de admitir, forçosamente, a presença do *designatum* nesse conjunto de referentes que Neiva recorta poeticamente com o estilete dos signos verbais. Afirmar, pois, que essas marcas não têm valor simbólico não se me afigura, no caso, aceitável.

Finalmente, gostaria de concluir estas breves e apressadas considerações destacando a seguinte passagem do trabalho de Neiva:

“Não há porque acreditar que as imagens dependem do referente representado. Só os índices são efeitos da ordem causal. Ícone e índice revelam outras propriedades da imagem. As imagens são o que são. Elas dependem apenas daquilo que as constitui – seja sob o modo da presença material da configuração visual, seja sob a ação das convenções. A similaridade dos ícones estão (sic) além da designação: é o resultado de uma ordem interna. Para a imagem, é de menor importância o valor-deverdade conferido pelo referente externo. A imitação não é a tarefa exclusiva das imagens. Não há, portanto, contradição nas imagens; só a presença de configurações semióticas sob o olhar de quem as contempla. As imagens são autônomas. Nas imagens as representações referem-se à representação, na medida precisa do processo de *semiosis* que cria a dimensão histórica.”

Embora fique a impressão de que há algo de tautológico na autonomia atribuída às imagens, gostaria de destacar, porém, que a presença material da configuração visual, mesmo que em termos substanciais possa ser considerada homomatérica, a expressão das imagens é, semioticamente falando, um espaço heterogêneo se considerarmos que nele se manifestam sistemas como o da textura e o da plasticidade, para não citar outros. Em virtude disso, a relação da imagem com o referente e com o *designatum* não me parece ser tão indiferente quanto o trecho transcrito faz crer. Ora, se a memória é signo, como diz Neiva no final de seu ensaio, é necessário reconhecer que nos signos existem traços que convocam os leitores para uma interminável viagem de regressão, para essa aventura de que fala Alejo Carpentier em seu “viaje a la semilla”. Nesse sentido, a familiaridade que se plasma nas imagens não se fecha na sua pretensa autonomia. Ao contrário, ela se insinua através dos sistemas diferentes que se atualizaram na matéria das configurações visuais e sugere rumos em diversas direções. Somente assim posso entender melhor que

"nos objetos mínimos do mundo, nas simulações, nas moedas, nas pequenas coisas, nos monumentos, nas fotos que sublinham o cotidiano, comovedor e estranho. Só após tudo isso, após os signos flutando por séries conexas, mas ainda sem direção ainda determinada, é que encontraremos a experiência do museu, mistério e presença estruturante do que foi memória e história."

Vale dizer, enfim, do que é sempre um pedaço daquele que se coloca vitalmente diante de qualquer peça fabricada por um ser humano que deixa nela uma paradoxal presença da sua ausência.